

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2020



CERILUZ DISTRIBUIÇÃO

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. DISTRIBUIÇÃO	5
1.1. Consumidores por Município	5
1.2. Ligação de Consumidores	5
1.3. Comportamento de Mercado	6
1.4. Receita	7
1.5. Número de Consumidores	8
1.6. Tarifas	8
1.7. Geração Distribuída - GD	8
1.8. Bandeiras Tarifárias	9
1.9. Qualidade do Fornecimento	9
1.10. Atendimento ao Consumidor	11
1.11. Frota	12
1.12. Tecnologia da Informação	12
2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	13
2.1. Análise do Resultado	13
2.2. Variações Patrimoniais	14
2.3. Investimentos	15
2.3.1. Evolução e Projeção dos Investimentos	15
2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição	15
2.4. Captações de Recursos	15
2.5. Valor Adicionado	15
2.6. Composição Acionária	16
2.7. Planejamento Empresarial.....	16
2.8. Gestão pela Qualidade Total	16
2.9. Gestão de Pessoas e Processos	17
3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL	17
4. OUTORGADA EM NÚMEROS.....	20
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2020.....	22
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	25
5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	25
5.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	25
5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	25
5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	26
5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28
5.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO	28
6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	29
NOTA 1 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	29
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO	29
NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	29
NOTA 4 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS	30
NOTA 5 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	30
NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	33
NOTA 7 – CONSUMIDORES.....	34
NOTA 8 – SERVIÇOS EM CURSO.....	35
NOTA 9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS.....	35
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	35
NOTA 11 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL	36
NOTA 12 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	36
NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE.....	36
NOTA 14 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES.....	36
NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	37
NOTA 16 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADOS A PERMISSÃO.....	37

NOTA 17 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	38
17.1. Imobilizado em Serviço e em Curso	38
17.2. Intangível em Serviço e em Curso	39
17.3. Evolução e Projeção dos Investimentos.....	40
17.4. Depreciação e Amortização	40
NOTA 18 – FORNECEDORES	42
NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	43
19.1. <i>Composição do Endividamento e Dívida Líquida</i>	43
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	44
NOTA 21 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	44
NOTA 22 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	44
NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS.....	45
NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	45
NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	45
NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	46
26.1. Capital Social	46
26.2. Natureza e Finalidade das Reservas.....	46
NOTA 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	46
NOTA 28 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	47
NOTA 29 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS.....	48
NOTA 30 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	48
NOTA 31 - CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	49
NOTA 32 - CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	49
NOTA 33 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	49
NOTA 34 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	49
NOTA 35 – SEGUROS:.....	49
NOTA 36– NOTA EXPLICATIVA DVA:	50
NOTA 37 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS	50
NOTA 38 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	50
NOTA 39 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	51
NOTA 40 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA.....	53
NOTA 41 - PESSOAL E ADMINISTRADORES	53
NOTA 42 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE.....	54
NOTA 43 – RESULTADO FINANCEIRO.....	54
NOTA 44 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	54
44.1 – COMPOSIÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA	54
44.2 – REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	55
NOTA 45 - CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA	56
45.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	58
45.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	59
45.2.1. Outros Ativos Não Circulantes	59
45.2.2. Imobilizado	59
45.2.3. Intangível.....	60
45.2.4. Reservas de Reavaliação	60
45.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	60
45.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	61
45.4.1 – Depreciação e Amortização.....	61
45.4.2 – Gastos Diversos	61
45.4.3 – Outras Receitas Operacionais	61
45.4.4 – Outras Despesas Operacionais.....	61
NOTA 46 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	62
NOTA 47 – EVENTOS SUBSEQUENTES	63
7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	64
8. TERMO DE RESPONSABILIDADE	66

industrial voltado ao beneficiamento de produtos agropecuários. Enquanto muitas atividades paravam, os agricultores mantinham-se ativos, em suas propriedades, produzindo alimentos. E a energia é essencial nesse processo. Não bastasse às dificuldades da Pandemia, ainda enfrentamos estiagem, o que fez com que o setor agropecuário consumisse ainda mais energia, na forma de irrigação. O resultado foi o crescimento de 22,5% da demanda da Classe Rural.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2020 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 exigiu muito de nós, seja como gestores, seja como cidadãos. Foi necessário ajustar nossas ações às medidas de combate à COVID-19, doença que se instalou no mundo em meados de março e segue trazendo muitas preocupações. O principal impacto se deu no relacionamento com as pessoas envolvidas conosco, no nosso dia a dia, como familiares e amigos, mas também colaboradores e associados da Cooperativa. Todas as nossas atividades poderiam ter consequências na vida dos outros. Como gestores da Ceriluz, nós da diretoria, tínhamos o desafio de conseguir garantir a segurança de nossos trabalhadores sem prejuízos ao abastecimento de energia aos associados, afinal, executamos um serviço essencial. Eventos sociais, reuniões, viagens, tudo que era possível, foi cancelado ou adotamos um novo modo de realizar. Nosso atendimento aos associados mudou, estimulamos o contato online e implementamos ferramentas para isso. Contudo, sempre estivemos à disposição daquele associado que precisou vir até a Ceriluz, com todos os cuidados. Internamente, protocolos foram adotados.

O trabalho externo, no entanto, esse não podia parar. E não parou. Diferente do que se viu no país, nossa demanda de energia cresceu 9,45%, reflexo da realidade social e econômica de nossa região. Sim, as pessoas ficaram mais em casa, se cuidando, no entanto, nossa região é essencialmente agrícola. Temos uma produção primária forte e um parque

Sabendo que a energia é essencial para o setor produtivo é fundamental pensar nos valores pagos pelos associados, afinal, ela deve ser um impulsionador e não um entrave. Nesse sentido 2020 também merece destaque. Já no período da seca garantimos um desconto de 10% sobre as tarifas de energia dos associados, de abril a julho. Depois, em nosso reajuste, neutralizamos o impacto aos associados aderindo a mecanismos do governo de combate à pandemia e também por meio de iniciativas próprias. A principal delas, a realização de um leilão que garantiu um valor de compra de energia muito menor do que o praticado atualmente. Essa medida terá impactos práticos a partir do próximo reajuste, em agosto de 2021.

Apesar de todos os desafios, consideramos o ano de 2020 como positivo. Conseguimos superar as dificuldades, garantindo qualidade de energia aos associados, valores justos e a saúde de colaboradores e associados. Foi um ano, acima de tudo, de aprendizado. Tivemos que nos adaptar e rever nossas atitudes. Nosso trabalho mudou sim, mas todos sempre estavam a postos para atender qualquer situação, afinal, serviços essenciais não param.



Iloir de Pauli
Presidente da CERILUZ

1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 14.241 consumidores. Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

1.1. Consumidores por Município

2015	Consumidores Por Município	2016	2017	2018	2019	2020
4.029	Ijuí	4.113	4.139	4.218	4.300	4.441
1.396	Catuípe	1.401	1.400	1.400	1.404	1.399
1.343	Ajuricaba	1.349	1.364	1.361	1.356	1.358
1.552	Augusto Pestana	1.544	1.537	1.562	1.563	1.590
533	Chiapetta	532	536	533	524	530
194	Jóia	193	191	195	194	200
324	Santo Augusto	328	330	331	332	332
1.264	Coronel Barros	1.294	1.336	1.346	1.372	1.388
343	Inhacora	358	351	355	350	353
139	São Valerio do Sul	138	134	132	132	131
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.047	Nova Ramada	1.063	1.073	1.080	1.090	1.099
13	Coronel Bicaco	11	12	11	11	11
23	Santo Angelo	24	22	21	21	20
10	Eugenio de Castro	10	10	10	10	10
3	Condor	3	3	2	1	2
274	Boa Vista do Cadeado	276	273	275	281	287
958	Bozano	993	999	1.010	1.029	1.054
4	Entre-Ijuis	4	4	4	3	4
-	São Martinho	-	2	2	2	2
9	Alegria	9	6	6	6	10
5	Independência	5	5	5	4	4
10	Girua	9	9	8	8	12
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.477	Total	13.661	13.740	13.871	13.997	14.241
	Variação	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%

1.2. Ligação de Consumidores

Foram realizadas no ano, 244 novas ligações.

2015	Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
1.464	Residencial	1.540	1.574	1.603	3.931	3.975
678	Comercial	679	696	706	717	713
56	Industrial	58	45	43	54	56
11.047	Rural	11.142	11.109	11.206	8.986	9.190
164	Poderes Públicos	142	137	134	133	136
29	Iluminação Pública	29	29	29	28	28
39	Serviço Público	71	150	150	148	143
13.477	Total	13.661	13.740	13.871	13.997	14.241
	Variação	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%

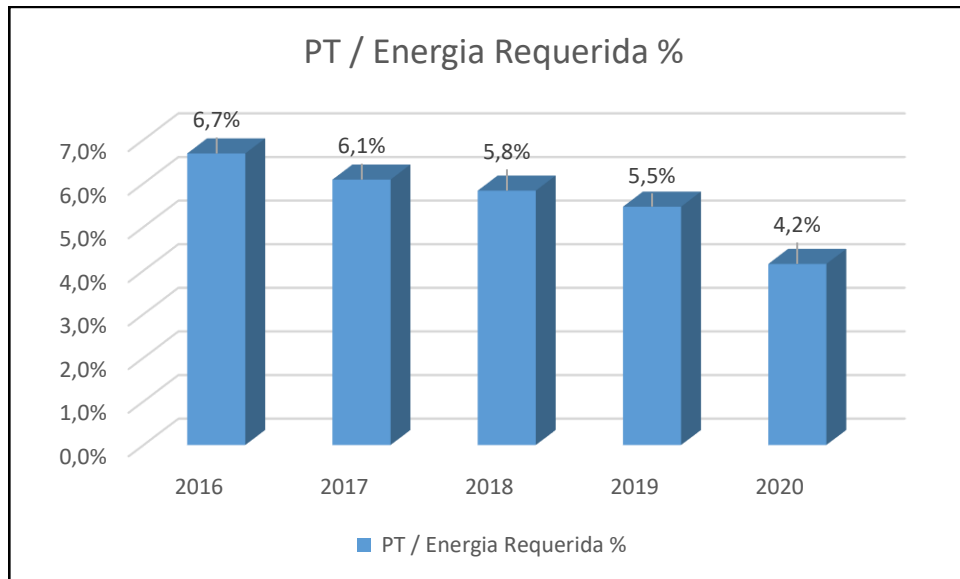
1.3. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2020 em relação ao ano de 2019. A Cooperativa totalizou a distribuição de 166 GWh no ano de 2020, número 17,73% superior aos 141 GWh do ano anterior.

2015	Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
114	Energia Faturada	121	120	127	137	159
114	Fornecimento	121	120	127	137	159
3	Residencial	3	3	4	9	9
12	Comercial	12	12	14	15	14
45	Industrial	47	45	44	47	49
46	Rural	51	51	55	52	64
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
1	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
6	Serviço Público	5	6	7	7	7
-	Suprimento p/ agentes de distr.				4	13
1	Uso da Rede de Distribuição	1	1	2	4	7
1	Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	2	4	7
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
115	Total	122	121	129	141	166
	Variação	6,09%	-0,82%	6,61%	9,30%	17,73%

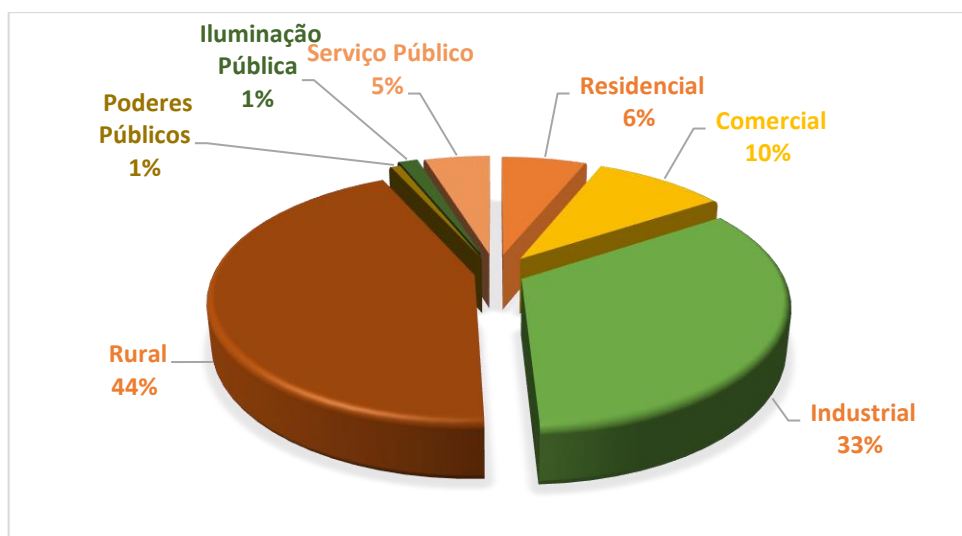
A perda total sobre a energia requerida (comprada) representou 4,2% em 2020, pequena redução comparado ao ano de 2018 que foi de 5,8%.

Energia Requerida - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	121	120	127	137	159
- Fornecimento	121	120	127	133	146
- Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	4	13
Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	2	4	7
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	122	121	129	141	166
Pernas na Distribuição	9	8	8	8	7
Perdas Totais - PT	9	8	8	8	7
PT / Energia Requerida %	6,7%	6,1%	5,8%	5,5%	4,2%
Total	131	129	137	149	173



O gráfico representa o percentual dos últimos cinco anos.

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2020.

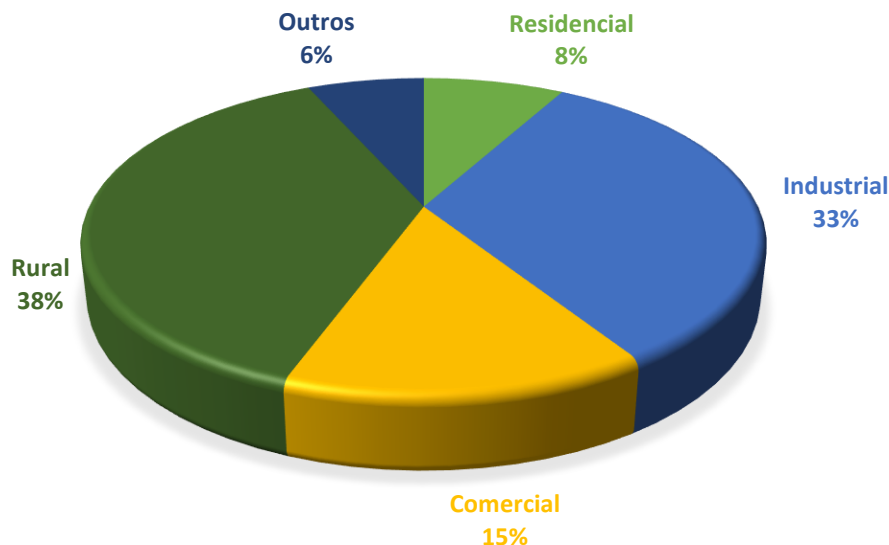


1.4. Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2020 o montante de R\$ 57.110 mil, um aumento de 8% conforme quadro a seguir:

Classe	2020	2019	%
Residencial	4.391	4.240	4%
Industrial	17.515	17.315	1%
Comercial	7.141	7.733	-8%
Rural	24.470	19.879	23%
Outros	3.593	3.507	2%
Total	57.110	52.674	8%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 1,74% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2020	2019	Δ%
Residencial	3975	3931	1,12
Industrial	56	54	3,70
Comercial	713	717	(0,56)
Rural	9190	8986	2,27
Outros	307	309	(0,65)
Total	14.241	13.997	1,74

1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2020 o valor de R\$ 430,70/MWh, um aumento de 2,02% em relação a dezembro de 2019.

Classe	2020	2019	Δ%
Residencial	487,92	473,20	3,11
Industrial	342,01	360,01	(5,00)
Comercial	510,41	484,86	5,27
Rural	382,46	367,67	4,02
Total	430,70	421,43	2,20

1.7. Geração Distribuída - GD

Desde 17 de abril de 2012, quando a ANEEL criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Conforme disposto nesses regulamentos, a micro e a minigeração distribuída consistem na produção de energia elétrica a partir de

pequenas centrais geradoras que utilizam fontes renováveis de energia elétrica ou cogeração qualificada, conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras. Para efeitos de diferenciação, a microgeração distribuída refere-se a uma central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 quilowatts (kW), enquanto que a minigeração distribuída diz respeito às centrais geradoras com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 megawatt (MW), para a fonte hídrica, ou 5 MW para as demais fontes. A seção 3.7 do Módulo 3 do PRODIST estabelece os procedimentos para acesso de micro e minigeração distribuída ao sistema de distribuição.

A seguir, demonstramos a Geração Distribuída na área de atuação da Ceriluz no ano de 2020.

Classe	2020		2019	
	Instalações	Potência kW	Instalações	Potência kW
Residencial	7	37	3	12
Industrial	2	35	2	35
Comercial	13	400	4	176
Rural	25	413	11	207
Total	47	885	20	430

1.8. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

1.9. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o

tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa. A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2020	10,31	8,98	1,72
2019	14,81	11,03	1,50
2018	13,8	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04
2016	14,43	9,53	1,73

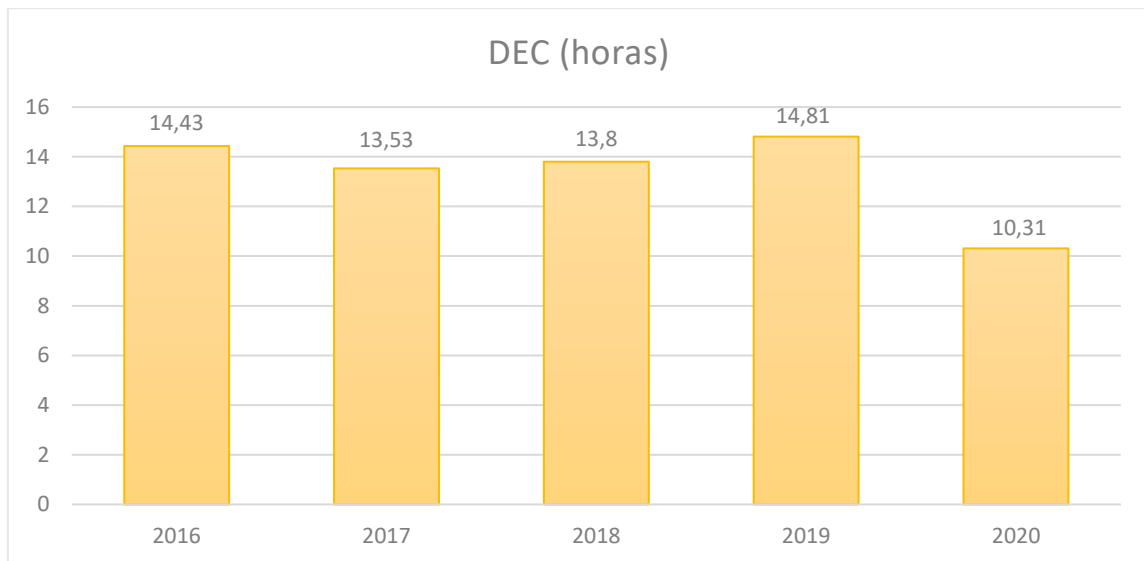


Figura 1 - Comportamento do DEC

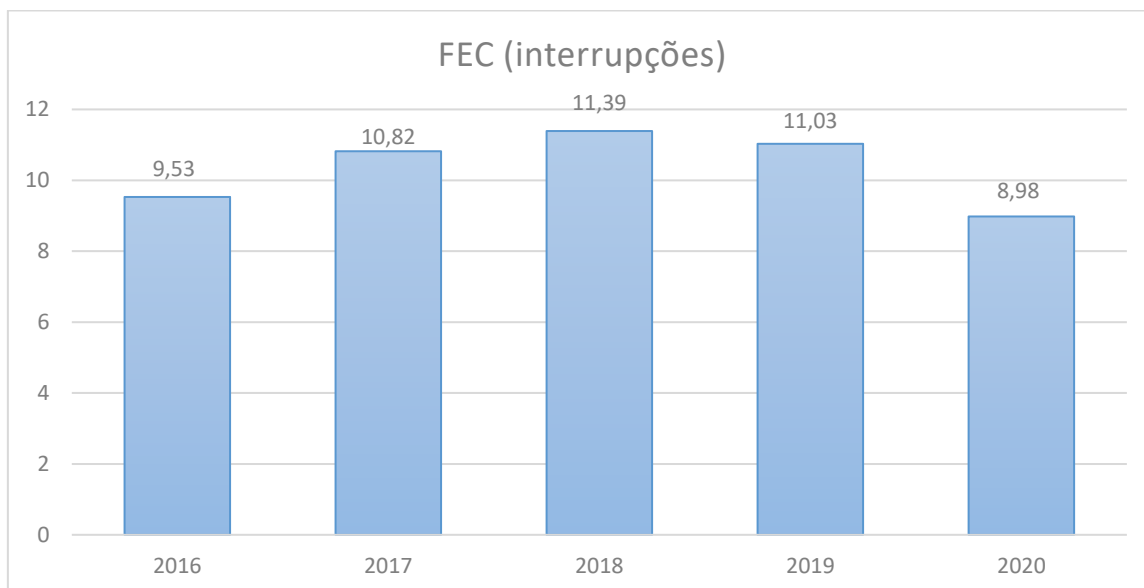


Figura 2 - Comportamento do FEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

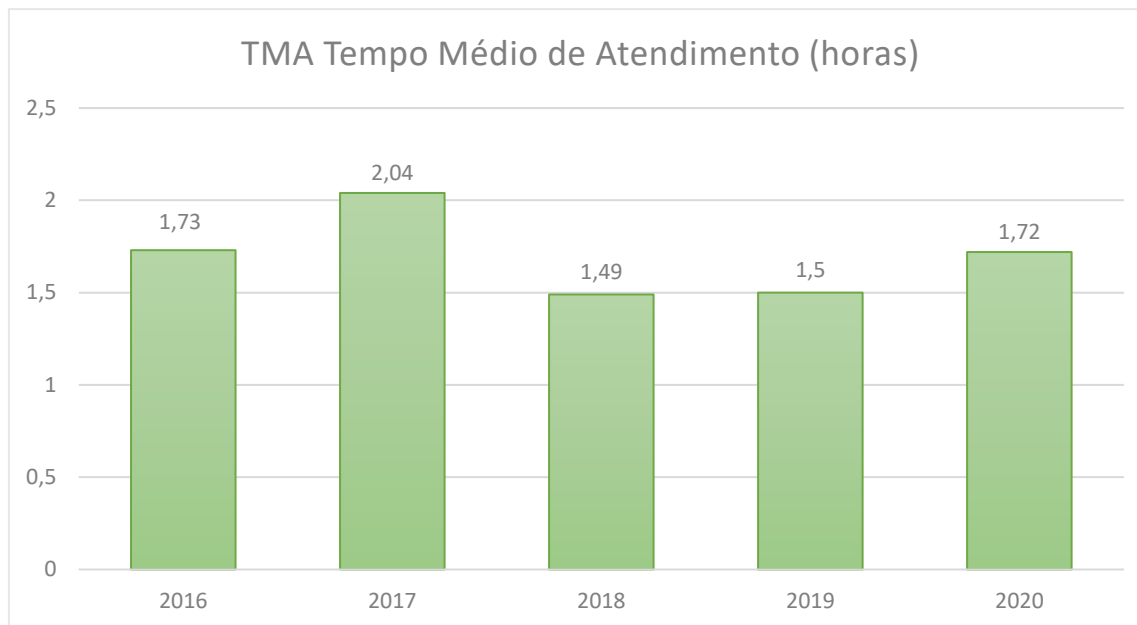


Figura 3: Comportamento do TMA

1.10. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. As solicitações de indenizações por danos obtiveram aumento em 2020, o número passou de 64 em 2019 para 71 em 2020, representando 10,94%, dessas solicitações, 30 foram procedentes em 2019 e 23 em 2020, redução de 23,33%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 15,33% em atendimento realizados, sendo 2941 em 2019 e 3392 em 2020. Os atendimentos fora do prazo, tiveram um aumento de 83,33% e a eficiência no atendimento passou de 99,79% para 99,70%.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa reduziu em 12,24%, além disso tivemos 2 reclamações à ANEEL 3 ao PROCOM.

Satisfação do Cliente	2020	2019	%
Índice de Satisfação IASC	*	89,26%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	95,30	95,60	-0,31%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	95,40	95,00	0,42%
Atendimento ao Cliente	2020	2019	%
Call Center	18457	21867	-15,59%

Chamadas Recebidas (unid)	22567	35732	-36,84%
Número Médio de Atendentes (unid)	5	5	0,00%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	87,62%	81,70%	7,25%
Iab - Índice de Abandono (%)	4,82%	8,30%	-41,93%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	135,00	156,00	-13,46%
Indenização por Danos	2020	2019	%
Volume de solicitações (unid)	71	64	10,94%
Procedentes (unid)	23	30	-23,33%
Indicadores de Reclamações	2020	2019	%
Reclamações Procedentes	78	66	18,18%
DER (horas)	63,40	69,38	-8,62%
FER (unid)	0,50	0,30	66,67%
Violações de prazos de serviços comerciais	2020	2019	%
Atendimentos realizados (unid)	3392,00	2941,00	15,33%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	11,00	6,00	83,33%
Eficiência do atendimento (%)	99,70%	99,79%	-0,09%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas	2020	2019	%
À Empresa	423,00	482,00	-12,24%
À ANEEL	2,00	3,00	-33,33%
Ao PROCON	3,00	2,00	50,00%
À Justiça	0,00	1,00	-100,00%
Indicadores Ambientais	2020	2019	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	27,01	21,79	23,96%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	50,48	40,83	23,63%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	23,91	10,23	133,72%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	31,89	14,55	119,18%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2020 ainda não foi divulgado

1.11. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2020 foram gastos em manutenção 660 mil reais valor 4% superior a 2019. Porém não foram substituídos veículos durante esse ano.

Veículos	2020	2019
Caminhões	5	5
Picapes	15	15
Veículos de Passeio	6	6
Total	26	26

1.12. Tecnologia da Informação

O ano de 2020 foi marcado por muitas melhoras na área de tecnologia da informação. Dentre elas grande parte foram em serviços para melhor atendimento aos nossos associados devido a demanda por um atendimento menos presencial. Nesse sentido foram implementadas novas ferramentas de contato com nossos associados, como WhatsApp, Instagram, Facebook e Chat Online através do novo site.

Antes de destacarmos as novidades, gostaríamos de salientar o que já temos em termos de tecnologia para os nossos associados. A Agência Virtual é o meio pelo qual o associado acessa e consulta as faturas e visualiza o histórico de consumo, tudo através da internet utilizando um computador ou smartphone. Entre os serviços fornecidos pela Agencia Virtual, se tem:

- Segunda via da fatura;
- Registrar reclamações;

- Consulta de débitos;
- Histórico de consumo;
- Solicitar serviços;
- Entre outros.

Temos interligados os escritórios de Catuípe e Ajuricaba com acesso remoto aos sistemas da Ceriluz, possibilitando o atendimento do associado nas respectivas cidades, sem a necessidade de deslocamento à Ijuí.

Também em sua sede em Ijuí, a cooperativa disponibiliza acesso Wifi aos associados em toda sua dependência, inclusive nas Usinas onde muitas vezes recebe visitantes associados e alunos de escolas da região.

Melhorias Realizadas no Ano de 2020

O desenvolvimento das diversas áreas de negócio da cooperativa depende indiscutivelmente de boas soluções na área de tecnologia da informação, a qual dá suporte aos colaboradores em suas atividades, para que o atendimento ao associado tenha qualidade e agilidade. Essas tecnologias se fazem presente mediante aos sistemas de informações, nossos softwares, redes de computadores e o atendimento ao consumidor, através de processamento de informações, suporte e infraestrutura.

Neste ano de 2020, devido a demanda por atendimento menos presencial, tanto pelos associados como para alguns colaboradores que tiveram que trabalhar via home office, foi necessário disponibilizar diferentes ferramentas de acesso para os associados e para os colaboradores.

Assim sendo, as principais atividades desenvolvidas no âmbito tecnológico da Ceriluz são as que seguem:

Novo Site: com o aumento do número de associados ligados à internet da Ceriluz e a alta adesão de novos pedidos de instalações de fibra ótica no interior, exigiu uma nova plataforma de acesso às notícias e informações para os associados. Então um novo site foi construído com tecnologias modernas, interface limpa e de fácil acesso fornecendo assim a possibilidade de realizar via site os atendimentos Online.

Ferramentas On Line de Atendimento: com a inauguração do novo site, e a demanda por atendimentos remotos foi adquirido uma ferramenta de gerenciamento de atendimento via redes sociais como WhatsApp, Facebook Messenger, Instagram Direct e através de chat online pelo site. Tudo centralizado em uma única tela onde os colaboradores recebem as notificações e realizam o atendimento.

Acesso Remoto: devido a pandemia, alguns colaboradores que estavam dentro grupo de risco ou que vieram a adquirir a doença, puderam trabalhar de casa no formato home office. Para que isso fosse possível necessitamos aumentar os recursos computacionais de nosso servidor remoto, e fornecer acesso a esses colaboradores de forma pública, exigindo assim um gerenciamento e regras de segurança rígidas para não comprometer o servidor.

Início de Adequação à LGPD: neste ano entrou em vigor a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Neste sentido, a Ceriluz preocupada com sua responsabilidade com os dados dos associados, realizou reunião, e treinamento para alguns colaboradores, dando início a adequação. Foram implantados avisos de privacidade no site em relação aos atendimentos e formulários online, bem como o uso de cookies. Também foi elaborado plano emergencial de adequação.

Novo Painel Videowall Para o Centro de Operação da Distribuição: foi adquirido software para controle do Videowall, servidores e NVRs para armazenamento e gerenciamento das imagens. Isso permite um melhor acompanhamento das equipes, e das usinas através das câmeras.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1. Análise do Resultado

Em 2020, a sobra foi de 1,988 milhões, contra R\$ 1,505 em 2019, um aumento de 32,09%. Os ingressos/Receitas aumentaram em R\$ 3,032 milhões, o que representa um acréscimo de 3,22% em relação ao ano anterior.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A tiveram um aumento de 5,92% na Energia Elétrica comprada pra revenda, esse aumento decorreu principalmente pelo efeito da retirada dos descontos tarifários no suprimento, nos termos da lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo submódulo 8.5 do PRORET.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 26,485 milhões, 4,03% inferior ao ano de 2019 que registrou R\$ 27,597 milhões.

2.2. Variações Patrimoniais

Em 2020 o patrimônio da Cooperativa teve um acréscimo de R\$ 449 mil, tendo passando de R\$ 137,896 milhões em 2019 para R\$ 138,345 milhões em 2020.

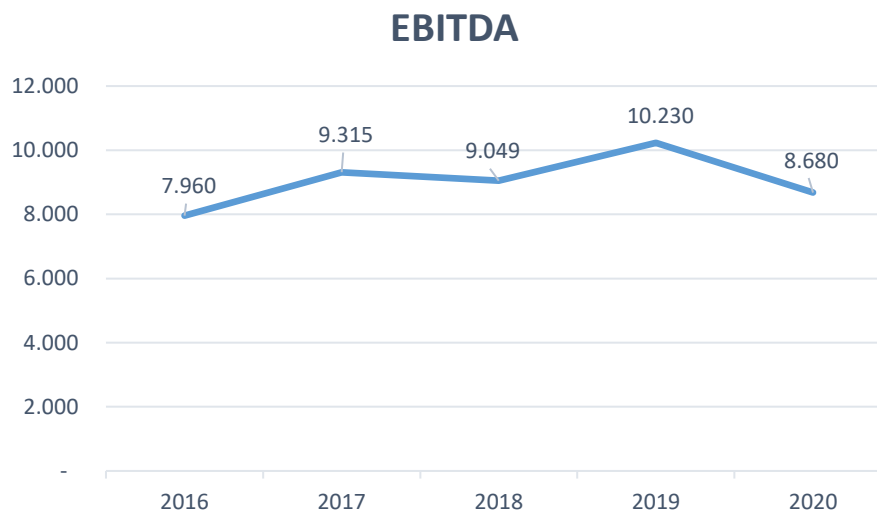
No ativo, as maiores variações ocorreram nas contas de caixa e equivalentes de caixa, devido a contratação de um empréstimo para investimentos que foi utilizado parcialmente e o saldo aplicado em contas de liquidez imediata.

No passivo circulante, a conta de fornecedores teve um acréscimo de 41,82% devido a compra de materiais para investimentos na rede elétrica.

No passivo não circulante as maiores variações foram nas contas de passivos regulatórios e empréstimos e financiamentos, a primeira se refere ai um empréstimo pego através da Conta Covid e será deduzida dos próximos reajustes e a segunda de contratação de empréstimos para investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2020	2019	%
Receita Operacional Líquida	76.535	73.437	4%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(72.696)	(71.224)	2%
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.504)	(974)	157%
(+) Outra Receitas Operacionais	144	494	-71%
Resultado da Atividade ou EBIT	1.479	1.733	-15%
(+) Depreciação e Amortização	7.201	8.497	-15%
EBITDA	8.680	10.230	-15%
Margem EBITDA (%)	11	14	-19%

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8,680 milhões, inferior 19% a 2019, que foi de R\$ 10,230 milhões, conforme evolução abaixo.



2.3. Investimentos

Em 2020, os investimentos da Cooperativa, importaram em 15,124 milhões, 133,40% superiores em relação a 2019, dos quais 6,480 milhões foram realizados em ativos elétricos da Atividade de Distribuição.

2.3.1. Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de dez/2020			
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto ¹	5.987	5.469	9.042	17.894	7.362	7.992	7.287
Transformador de Distribuição	885	1.215	1.577	1.266	1.266	1.266	1.266
Medidor	162	221	315	174	174	174	174
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	928	1.048	4.759	591	591	591	591
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.167	2.447	2.040	4.441	5.331	5.961	5.256
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	500			
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-				
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-				
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-				
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	1.570	8	1	10.922			
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-				
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-				
Demais Máquinas e Equipamentos	275	530	350	-	-	-	
Obrigações Especiais do AIS Bruto	768	673	731	443	443	443	444
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	768	673	731	443	443	443	444

2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2020R	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2020	9.042	17.894	7.362	7.992	7.287
R\$ Mil	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2019	9.174	17.894	7.362	7.992	7.287
Diferença	-1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

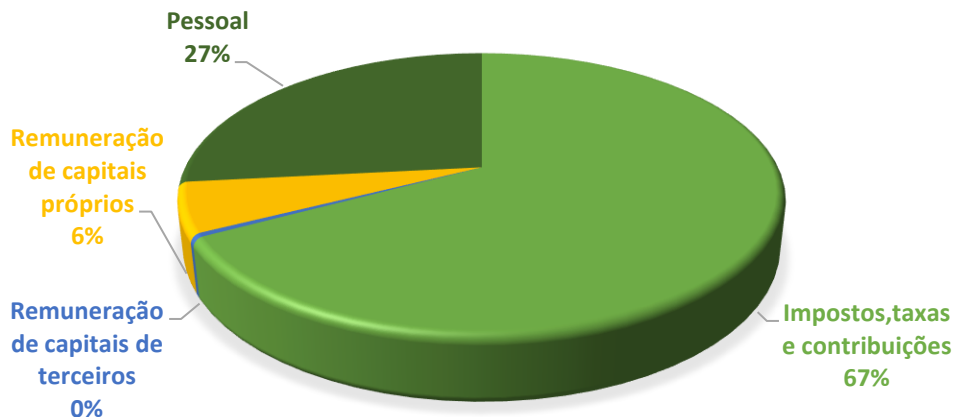
2.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 10,000 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

2.5. Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 34,406 milhões, representando 35,36 % da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



2.6. Composição Acionária

O capital social integralizado está representado pela participação de 16.267 associados, no valor de R\$ 7,444 milhões no ano de 2020.

2.7. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

2.8. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;

Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

2.9. Gestão de Pessoas e Processos

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários, porém, como o ano de 2020 foi atípico devido a pandemia e o cancelamento dos cursos presenciais ela investiu R\$ 8 mil em cursos e treinamento de capacitação On Line. Ao final de 2020, contou com 121 empregados.

3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

Cooperativa Implanta Central Para Coleta e destino Adequado de Resíduos

Pensando em proporcionar melhores condições de trabalho e um ambiente mais limpo e organizado aos seus colaboradores, a Ceriluz construiu junto ao seu Almoxarifado uma Central de Resíduos. Essa central visa atender, de um modo geral, os vários tipos de resíduos produzidos por cada setor da Cooperativa. Foram disponibilizados cinco boxes para uma correta destinação dos diferentes tipos de resíduos e cada setor é responsável por acondicionar corretamente seus materiais nos diferentes espaços. A central contempla materiais recicláveis e não recicláveis, entre eles papelão, plásticos, madeira, paletes e terra, além de resíduos perigosos.

Para dar o correto destino aos resíduos gerados a Cooperativa fechou parcerias ou buscará iniciativas próprias para destinação dos resíduos de modo que eles não contaminem o meio ambiente. No caso de papelão e plástico, esse material será retirado pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí (ACATA), que o aproveitará para geração de renda às famílias. Já os resíduos perigosos serão coletados pela empresa Cetric, especializada em transporte e tratamento de resíduos tóxicos. Vidros e lâmpadas serão encaminhados aos ecopontos do município, enquanto a terra será levada para aterros. A madeira está à disposição dos próprios colaboradores ou mesmo empresas parceiras que desejarem fazer seu uso.

Desafios da Pandemia do Coronavírus

O ano de 2020 trouxe como desafio aos gestores de empresas, cooperativas e órgãos públicos, a busca do equilíbrio entre a continuidade das suas atividades e a preservação da saúde de seus colaboradores. No caso da Ceriluz, que desempenha serviço essencial, além dos riscos inerentes às atividades do dia a dia, agregou-se a preocupação com o combate ao Coronavírus que trouxe muitas mortes no país e no mundo, assim como a interrupção de muitas atividades produtivas. Na sequência algumas das iniciativas tomadas pela Ceriluz voltadas à preservação da saúde e segurança dos colaboradores, sem o comprometimento de suas atividades essenciais:

Eventos são Suspensos e Atendimentos são Adaptados no Período da Pandemia

Atendendo às recomendações dos órgãos competentes para o combate ao Coronavírus, logo em seu início, em meados de março, a Ceriluz tomou algumas medidas de caráter preventivo envolvendo suas equipes e profissionais terceirizados, que se estenderam ao longo do ano, com flexibilizações pontuais, conforme a evolução da Pandemia.

1. No dia 19 de março foram suspensos por tempo indeterminado todos os eventos e reuniões com aglomerações, tanto envolvendo colaboradores quanto associados. Nesse sentido, nenhum espaço da cooperativa foi cedido para a realização de eventos por terceiros;
2. Igualmente foram suspensas viagens para longas distâncias, por colaboradores, principalmente para fora do Estado do Rio Grande do Sul;
3. No que diz respeito ao atendimento aos associados, os escritórios e todos os demais meios de contato seguiram funcionando por tratar-se de serviço essencial para a população, para preservar seu bem estar social, as condições de trabalho e a manutenção da saúde. Porém, algumas restrições foram estabelecidas. Implantou-se a obrigatoriedade do uso de máscaras e a manutenção do distanciamento social entre o público atendido. Foram implantados pontos de higienização, com a disponibilidade constante de álcool gel. Contudo, em seus veículos de comunicação próprios e na imprensa regional, a Cooperativa incentivou seus associados a adotarem os meios virtuais de atendimento, como seus telefones 24h e suas ferramentas online;
4. Nos trabalhos internos a Ceriluz, na medida do possível, reduziu o número de colaboradores no ambiente de trabalho. No início da pandemia, aqueles funcionários com possibilidade de realizar suas funções de forma remota, foram liberados, desde que sem prejuízos à execução de suas atividades;
5. Os serviços básicos, como as equipes de plantão, do atendimento e do Centro de Operação da Distribuição (COD), foram mantidos, também com escalonamento de funcionários, visando a redução das aglomerações;
6. Colaboradores que apresentassem sintomas do vírus foram orientados a sempre se ausentar das dependências de trabalho e permanecerem em casa, comunicando seus superiores e o setor de Recursos Humanos, e adotando os devidos atendimentos de saúde até a comprovação de não ser a doença ou a sua cura, para não contaminar os demais trabalhadores e associados;

Internamente a Ceriluz compartilhou, em seus veículos de comunicação e redes sociais, orientações sobre os procedimentos de higiene necessários para minimizar a disseminação do vírus, assim como disponibilizou materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), como álcool gel e máscaras, sempre que necessários, para seus colaboradores e associados;

Colaboradores Passaram por Exames Focados na Saúde Ocupacional

Durante o mês de junho Ceriluz submeteu seus colaboradores aos exames do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**. **A Cooperativa optou por fazer os exames mesmo** com a Medida Provisória nº 927/20, editada pelo governo federal no dia 22 de março, em seu artigo 15, suspendendo a obrigatoriedade de exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, enquanto durasse o estado de calamidade pública.

A decisão de realizar os exames foi tomada considerando a importância dos mesmos para a realização das funções dos colaboradores da área técnica, que seguem trabalhando, uma vez que a distribuição de energia está enquadrada como serviço essencial. Por se tratarem de exames individuais, foi possível realizá-los sem promover aglomeração, envolvendo apenas o colaborador, o médico ou enfermeiro, com todos os cuidados necessários. Foram agendados dez exames por dia, incluindo de sangue, audiometria, acuidade visual, eletroencefalograma, eletrocardiograma, avaliação psicossocial e raio x de tórax, este último apenas para colaboradores que trabalham nas usinas da Cooperativa. Os exames foram realizados por equipes da Unimed Noroeste/RS, com a coordenação geral do médico do trabalho, Ernani Oppermann, responsável pelo PCMSO. Estes exames devem ser feitos

anualmente, contribuindo para a confecção do Atestado de Saúde Ocupacional que garante que o colaborador está apto a realizar suas atividades laborais.

Assembleia Aprova Resultado da Ceriluz e Confirma Repasse de Sobras aos Associados

No dia 05 de maio a Ceriluz realizou sua Assembleia Geral Ordinária (AGO), tendo por local o auditório da Sociedade União Afucoper, com início em terceira chamada, às 16 horas. Os associados presentes aprovaram os números apresentados pela administração, que destacaram um resultado da Ceriluz Distribuição de R\$ 6,9 milhões.

A assembleia aconteceu após transferência de 20 de março para 05 de maio em razão das restrições impostas pela pandemia do coronavírus - seguindo as recomendações dos órgãos responsáveis e atendendo ao decreto municipal 7.013/2020, em número de pessoas, higienização e distanciamento social. Todos os cuidados foram tomados na realização do evento.

Leilão Garante Valor de Compra de R\$ 138,38 o MW, Para Energia Distribuída a Partir de Agosto de 2021

O dia 05 de maio de 2020 foi um dia histórico para a Ceriluz. Na data aconteceu leilão de compra de energia promovido pela Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. A empresa vencedora do leilão, que garantiu o menor preço de compra, foi a *Electra Comercializadora de Energia Ltda.*, que fornecerá a energia distribuída pela Ceriluz no período de agosto de 2021 a dezembro de 2040, ao preço de R\$138,38 o Megawatts (MW). Uma redução significativa no valor, considerando que o valor atual de aquisição de energia da RGE é de R\$194,00 o MW.

O leilão foi realizado por meio de plataforma digital da *Paradigma Business Solutions* e assessoria da *AlphaInfra Energia*. Além da vencedora, participaram do leilão as empresas *Copel Comercialização SA.* e *Tradener Ltda.*, cujos lances foram apresentados às 10h30 da manhã.

Os leilões são uma alternativa que permissionárias estão adotando para reduzir suas tarifas, uma vez que as ações junto aos órgãos reguladores não vêm surtindo resultados, ao contrário, a retirada de subsídios vem igualando as tarifas às distribuidoras, mesmo as cooperativas atendendo ao público rural, de difícil acesso e maiores distâncias.

Ceriluz Conclui Alimentador que Conectará sua Terceira Subestação às Redes de Distribuição

A Ceriluz finalizou no dia 23 de agosto a construção de um alimentador que vai interligar a Subestação (SE) Ceriluz 03 ao sistema de distribuição de energia da Cooperativa. A rede, de aproximadamente 4,4 quilômetros de extensão, parte do local da subestação em construção na Linha 01 Leste, anexo à Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuí Centenária, e se estende paralela a RS-155, acessando as ruas Benjamim Barriquelo e Hermann Wasserman até chegar a BR 285, onde se conecta ao sistema de distribuição da Cooperativa. Trata-se de um alimentador quadruplo, com redes compactas de 185mm, onde uma irá abastecer a região Norte de Ijuí, duas atenderão as empresas e indústrias de grande porte localizadas na área industrial do município e a quarta vai se conectar a SE Ijuí 01 e abastecer a região leste. A obra teve início em março e exigiu aproximadamente R\$1,6 milhões em investimento.

A rede será conectada à Subestação Ceriluz 03, em construção no município de Ijuí, anexa à Casa de Máquinas da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuí Centenária, empreendimento finalizado em dezembro de 2020, pela Ijuí Centenária Geração SPE Ltda., empresa que integra o Grupo Ceriluz. A nova estrutura de transformação de energia está prevista para operar em maio de 2021 e terá uma capacidade instalada de 20/25 Megavolt-ampere (MVA), servindo, inicialmente, para dar vazão à geração de energia da usina, com capacidade instalada de 07 Megawatts (MW). A SE Ceriluz 03 será a terceira subestação rebaixadora da Cooperativa, somando-se às subestações SE Ceriluz 01 – Reinhold Luiz Kommers, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí, com 22,5 Megavolt-ampere (MVA) instalados, e a SE Ceriluz 02 – Aparício Piccinin, localizada na comunidade de São Jacó, em Santo Augusto, com capacidade de 15 MVA.

A SE Ceriluz 03 será conectada à SE Ijuí 02, da Eletrosul, e interligada à SE Ceriluz 01 – Reinhold Luiz Kommers, garantindo qualidade no abastecimento de energia da Cooperativa aos seus associados e fortalecendo o sistema regional de distribuição.

4. OUTORGADA EM NÚMEROS

Cada vez mais, a Cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Atendimento	2020	2019	%
Número de consumidores	14.241	13.997	1,74%
Número de empregados	121	122	-0,82%
Número de consumidores por empregado	118	115	2,58%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	49	44	11,36%
Mercado	2020	2019	%
Área de concessão (Km ²)	3.977.832	3.977.832	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	146,00	133,15	9,65%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	430,70	421,43	2,20%
Residencial	487,92	473,20	3,11%
Comercial	510,41	484,86	5,27%
Industrial	342,01	360,05	-5,01%
Rural	382,42	367,67	4,01%
DEC (horas)	10,31	14,81	-30,38%
FEC (número de interrupções)	8,98	11,03	-18,59%
TMA (minutos)	103,20	92,00	12,17%
Operacionais	2020	2019	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.192	4.187	0,12%
Capacidade Instalada (MW)	173	166	4,27%
Financeiros Regulatórios	2020	2019	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	97.164	94.132	3,22%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	76.535	73.437	4,22%
Margem operacional do serviço líquido (%)	2,60%	2,05%	26,75%
EBITDA OU LAJIDA	8.680	10.710	-18,95%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.988	1.505	32,09%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	138.345	137.896	0,33%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2020.
A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2020

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2020

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		37.012	26.597
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.842	7.895
Consumidores	7	10.209	9.677
Concessionárias e permissionárias	7	206	175
Serviços em curso	8	600	846
Tributos compensáveis	9	891	584
Depósitos Judiciais e Cauções	10	405	278
Almoxarifado operacional	11	773	648
Investimentos temporários	12	42	29
Ativos regulatórios	38	3.503	2.995
Despesas pagas antecipadamente	13	68	61
Outros ativos circulantes	14	3.473	3.409
NÃO CIRCULANTE		140.950	133.545
Tributos compensáveis	9	1.513	716
Depósitos judiciais e cauções	10	76	61
Outros ativos não circulantes	15	181	181
Bens e atividades não vinculadas a permissão	16	105	101
Imobilizado	17	138.862	132.210
Intangível	17	213	276
TOTAL DO ATIVO		177.962	160.142

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		15.518	11.423
Fornecedores	18	3.113	2.336
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	946	255
Obrigações sociais e trabalhistas	20	2.085	1.948
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	21	687	637
Encargos setoriais	23	1.466	1.418
Passivos regulatórios	38	2.311	1.386
Outros passivos circulantes	24	4.910	3.443
NÃO CIRCULANTE		24.099	10.823
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	9054	890
Provisão para litígios	22	4.086	4.086
Passivos regulatórios	38	4322	0
Outros passivos não circulantes	25	22	22
Obrigações vinculadas à permissão	39	6.615	5.825
TOTAL DO PASSIVO		39.617	22.246
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26		
Capital social		7.444	7.442
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		72.307	78.583
Reserva de sobras		56.251	49.761
Sobras à disposição da Assembleia		1.775	1.542
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.345	137.896
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		177.962	160.142

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2020	2019
Receita / Ingresso	28	97.164	94.132
Fornecimento de energia elétrica		34.719	39.434
Suprimento de energia elétrica		1.870	1.306
Disponibilização do sistema de distribuição		36.268	29.690
Ativos e Passivos Regulatorios		1527	810
Serviços cobráveis		8	9
Doações, contrib. e subvenções		22.772	22.883
Tributos	29	(12.568)	(13.361)
ICMS		(11.837)	(12.037)
PIS-PASEP		(130)	(236)
COFINS		(601)	(1.088)
Encargos - Parcela "A"	30	(8.061)	(7.334)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(7.218)	(5.345)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(154)	(146)
Outros encargos		(689)	(1.843)
Receita líquida / Ingresso líquido		76.535	73.437
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	31	(46.211)	(43.627)
Energia elétrica comprada para revenda		(34.967)	(34.314)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(11.244)	(9.313)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		30.324	29.810
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	32	(26.485)	(27.597)
Pessoal e administradores		(11.541)	(11.380)
Material		(2.600)	(3.218)
Serviços de terceiros		(3.812)	(3.061)
Arrendamentos e aluguéis		(46)	(39)
Seguros		(11)	(79)
Provisões		(9)	(3)
(-) Recuperação de despesas		268	408
Tributos		(56)	(75)
Depreciação e amortização		(7.201)	(8.497)
Gastos diversos		(1.477)	(1.653)
Outras receitas operacionais	33	144	494
Outras despesas operacionais	34	(2.504)	(974)
Resultado da Atividade		1.479	1.733
Resultado Financeiro		611	28
Despesas financeiras	46	(144)	(653)
Receitas financeiras	46	755	681
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.090	1.761
Contribuição social		(33)	(74)
Imposto de renda		(69)	(182)
Resultado líquido do exercício		1.988	1.505

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL

CONTADOR/CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2.020	2019
RECURSOS		
Resultado do Período	1.988	1.505
Demais Resultados	7.157	6.769
Realização de Reservas Reavaliação	525	556
Reversão da Baixa da Reavaliação	218	206
Realização de Reservas Reavaliação VNR	4.168	3.885
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.367	1.568
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	879	554
Resultado Líquido do Período	9.145	8.274
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	267	567
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	267	567
Destinações de Caráter Legal	7.102	6.165
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.995	3.468
FATES - 5% - Artigo 47	444	385
Reserva Manutenção Redes 30%	2.663	2.312
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.776	1.542
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2018	6.648	568	54.484	43.583	1.467	106.750
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.467)	(1.467)
Realização do Capital	794	-	-	-	-	794
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(1.774)	-	1.774	-
Realização de Reavaliação	-	-	(4.441)	-	4.441	-
Reavaliação Regulatória	-	-	30.314	-	-	30.314
Realização de FATES	-	-	-	(554)	554	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	1.505	1.505
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.468	(3.468)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	385	(385)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.312	(2.312)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	567	(567)	-
Saldo em 31.12.2019	7.442	568	78.583	49.761	1.542	137.896
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.542)	(1.542)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(1.585)	-	1.585	-
Realização de Reavaliação	-	-	(4.693)	-	4.693	-
Realização de FATES	-	-	-	(879)	879	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	1.988	1.988
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.995	(3.995)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	444	(444)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.263	(2.263)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	267	(267)	-
Saldo em 31.12.2020	7.444	568	72.305	55.851	2.176	138.344



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2020	%	2019	%
1. Receitas	97.309		94.627	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	74.384		71.240	
Outras receitas (ANC e ativos construídos para uso próprio)	22.925		23.387	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	56.458		52.321	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	46.212		43.627	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10.246		8.694	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	40.851		42.306	
4. Depreciação, amortização e exaustão	7.200		8.497	
5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4)	33.651		33.809	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	755		681	
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	755		681	
7. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	34.406		34.490	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	9.179	26,68%	9.090	26,35%
Remuneração direta	6.723	19,54%	6.429	18,64%
Benefícios	1.635	4,75%	1.908	5,53%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	821	2,39%	753	2,18%
Impostos,taxas e contribuições	23.095	67,12%	23.242	67,39%
Federais	11.258	32,72%	11.205	32,49%
Estaduais	11.836	34,40%	12.036	34,90%
Municipais	1	0,00%	1	0,00%
Remuneração de capitais de terceiros	144	0,42%	653	1,89%
Juros	144	0,42%	653	1,89%
Remuneração de capitais próprios	1.988	5,78%	1.505	4,37%
Lucros retidos	1.988	5,78%	1.505	4,37%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	34.406	100,00%	34.490	100,00%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO

(Valores em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	46.335	43.804
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	34.397	29.690
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	1.870	1.306
(+) Serviço Taxado	8	9
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	22.751	22.924
(+) Outros Recebimentos Operacionais	33	766
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(20.617)	(18.803)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(38.716)	(38.379)
(-) Salários e Encargos Sociais	(12.420)	(12.276)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(785)	(1.092)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(10.720)	(10.845)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(80)	(196)
(-) Encargos de Transmissão	(5.653)	(4.140)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(7.422)	(6.116)
(-) Outras Despesas Operacionais	(3.122)	(2.100)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(381)	(295)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.478	4.257
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	204	509
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	193	230
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(13)	(15)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(12.401)	(4.494)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	848	616
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	-	(30)
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(11.169)	(3.184)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	946	200
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	14.817	800
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(1.125)	(821)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	-	(41)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	14.638	138
Caixa Líquido Gerado no Período	8.947	1.211
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.895	6.684
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.842	7.895
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	8.947	1.211

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 – Setor Elétrico no Brasil

O Setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é realizado pela Cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa de fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 – uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica não gerenciáveis (Custo da Parcela A) e 2 – uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas nos processos de revisão tarifária periódica e revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário, nos quais são contempladas na tarifa as variações dos custos dos componentes da Parcela A, bem como o repasse da inflação correspondente ao valor da Parcela B, havidos a cada ciclo.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Principais Práticas Contábeis Regulatórias

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de abril de 2019. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados

conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou reavaliação. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem

mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES/RATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 879 mil em 2020 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos com palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita/ingressos futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de ingressos/receita

Os ingressos/receitas operacionais do curso normal das atividades da Outorgada são medidos pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Os ingressos/receitas operacionais são reconhecidos quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor dos ingressos/receitas operacionais possam ser mensurados de maneira confiável. Os ingressos/receitas de distribuição de energia elétrica são reconhecidas no momento em que a energia é faturada. Os Ingressos/receitas não faturadas, relativas ao ciclo de faturamento mensal, são apropriadas considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre ingresso/receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. O ingresso/receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Venci- mento	Remuner. no Venc. %	2020	2019
Caixa e Bancos				2.300	858
Sicredi	Sicredinvest	Diário	95% CDI	-	303
Sicredi	Sicredinvest	Diário	100% CDI	-	452
Sicredi	Sicredinvest	28/09/29	100% CDI	310	1.503
Sicredi	Sicredinvest	14/04/25	100%CDI	203	400
Sicredi	Sicredinvest	26/01/20	100%CDI	-	600
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	1.403	1.110
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	501	503
Banrisul	Super CDB	Diário	97%CDI	-	1.009
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	12.020	502
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70%CDI	1	1
Cresol Ijuí	CDB-DI	03/01/20	100%CDI	104	553
Cresol Augusto Pestana	CDB-DI	Diário	100%CDI	0	101
TOTAL	-	-	-	16.842	7.895

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2020 LIQUIDO	TOTAL 2019 LIQUIDO	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	8.731	-	826	6	9	74	(87)	12	45	14	7	(6)	9.631	9.354
- Residencial	532	-	179	5	8	15	(28)	4	16	5	3	(2)	737	806
- Industrial	2.004	-	52	-	-	11	(1)	-	-	-	-	-	2.056	1.985
- Comercial	903	-	187	-	-	5	(5)	1	4	3	1	(1)	1.098	1.081
- Rural	2.613	-	401	1	1	40	(40)	7	25	6	3	(3)	3.054	2.848
- Poderes Públicos	30	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	32	31
- Iluminação Pública	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	26
- Serviço Público	356	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	361	332
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	2
- Fornecimento Não Faturado	2.261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.261	2.243
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	57	412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	469	260
Outros Creditos	71	1	37	1	-	3	(4)	-	-	-	-	-	109	63
TOTAL CONSUMIDORES	8.859	413	863	7	9	77	(91)	12	45	14	7	(6)	10.209	9.677
Suprimento Energia - Moeda Nacional	164	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164	167
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	8
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS	206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206	175
TOTAL	9.065	413	863	7	9	77	(91)	12	45	14	7	(6)	10.415	9.852

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 91 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2020	2019
Manutenção de Redes	547	553
Administração	53	293
Total de Serviços em Curso	600	846

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2020	2019
ICMS a Recuperar Curto Prazo	887	575
IRRF a Compensar	-	2
IRRF a Recuperar	3	7
Contribuição Social Estimada	2	-
Total de Tributos Compensáveis	892	584

Ativo Não Circulante

	2020	2019
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.513	716
Total de Tributos Compensáveis	1.513	716

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2020	Valor Estimado 2019
Trabalhistas	-	61	61	61
Cíveis	-	14	14	-
Fiscais	405	-	405	278
Total de Contingências	405	75	480	339

Em reunião realizada no dia 23/08/2018, mediada pelo Grupo Setorial de Energia da SEFAZ/RS, em Porto Alegre/RS, presentes as cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, foram apresentadas comunicações de autuações aos agentes pelo não recolhimento de ICMS no período de abril/2013 à agosto/2018, referente às parcelas recebidas da subvenção, com fulcro no Decreto 7.891/2013, das classes rurais, irrigantes e serviços públicos de água e esgoto.

Diante das pontuações, por orientação da assessoria jurídica contratada, indicada via Federação, encaminhamos consulta formal à SEFAZ/RS para embasamento legal da cobrança suscitada, a qual tomamos ciência da resposta em 01/11/2018, cuja argumentação ponderando cabível a incidência de ICMS. Mediante alegações, em 18/11/2018, foi impetrado mandado de segurança, através do processo nº 9065443-47.2018.8.21.0001, face a 6ª Vara Pública de Porto Alegre/RS, contestando o alegado, referenciando a ilegalidade do imposto sobre a subvenção criada através da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, com pedido liminar, deferida, então, pelo recurso, o que determinou a suspensão de qualquer ato de lançamento ou cobrança do tributo em discussão até decisão final.

Ato contínuo, em 17/12/2018 recebemos da SEFAZ/RS o Auto de Lançamento nº 42237653 – Processo Administrativo nº 18/1404 0030183-4, com valores totais para pagamento ao montante de R\$ 3.251.544,53 (principal R\$ 1.750.676,18, multa R\$ 1.050.405,43, juros R\$ 450.462,92), sobre o qual também foi apresentada impugnação administrativa.

Por se tratar de matéria recente, com direcionamento jurídico favorável, a Cooperativa optou por efetuar depósitos judiciais com valores a partir da competência de janeiro de 2019.

Nota 11 – Almoxarifado Operacional

	2020	2019
Almoxarifado de Manutenção de Redes	702	571
Resíduos e Sucatas	71	77
Total do Estoque	773	648

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 12 – Investimentos Temporários

A composição dos Investimentos Temporários é a seguinte:

	2020	2019
Banrisul Capitalização	39	27
BB Capitalização	3	2
Total Títulos e Valores Mobiliários	42	29

Nota 13 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2020	2019
Prêmio de Seguro de Veículos	-	9
Publicidade	68	52
IPVA	-	-
Total Despesas Pagas Antecipadamente	68	61

Nota 14 - Outros Ativos Circulantes

	2020	2019
CDE Aneel	1.908	1.887
Empregados	137	149
Adiantamento a Fornecedores	352	183
Outros Devedores	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-
Dispêndios a Reembolsar	706	764
Rendas a receber	3	2
Desativações e Alienações	367	424
Total Outros Recebíveis	3.473	3.409

Nota 15 – Outros Ativos não Circulantes

	2020	2019
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	181	181

Nota 16 – Bens e atividades não vinculados a permissão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2020	2019
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	58	57
Participação SICREDI Catuípe	9	8
Participação CRESOL Santo Augusto	7	5
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	30	30
Participação Cresol Augusto Pestana	-	-
TOTAL	105	101

Nota 17 – Imobilizado e Intangível

17.1. Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	187.005	9.042	(4.839)	-	-	191.208	4.203	(67.433)	123.775	124.074	7.112	(1.241)	5.871
Terrenos	853	-	-	-	-	853	-	-	853	853	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	758	-	-	-	-	758	-	(227)	531	552	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	181.747	9.042	(4.839)	-	-	185.950	4.203	(65.324)	120.626	120.430	7.112	(1.241)	5.871
Veículos	3.647	-	-	-	-	3.647	-	(1.882)	1.765	2.239	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	878	81	-	-	-	959	81	(377)	582	618	150	(150)	-
Terrenos	67	-	-	-	-	67	-	-	67	67	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	425	81	-	-	-	506	81	(251)	255	247	150	(150)	-
Veículos	253	-	-	-	-	253	-	(112)	141	177	-	-	-
Móveis e Utensílios	133	-	-	-	-	133	-	(14)	119	127	-	-	-
Subtotal	187.883	9.123	(4.839)	-	-	192.167	4.284	(67.810)	124.357	124.692	7.262	(1.391)	5.871
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	7.341	29.703	(23.149)	-	-	13.895	6.554	-	13.895	7.341	744	-	744
Máquinas e Equipamentos	3.016	13.827	(9.756)	-	-	7.087	4.071	-	7.087	3.016	744	-	744
Outros	4.325	15.876	(13.393)	-	-	6.808	2.483	-	6.808	4.325	-	-	-
Administração	177	514	(81)	-	-	610	433	-	610	177	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	177	514	(81)	-	-	610	433	-	610	177	-	-	-
Outros	0	-	-	-	-	0	-	-	0	-	-	-	-
Subtotal	7.518	30.217	(23.230)	-	-	14.505	6.987	-	14.505	7.518	744	-	744
Total do Ativo Imobilizado	195.401	39.340	(28.069)	-	-	206.672	11.271	(67.810)	138.862	132.210	8.006	(1.391)	6.615

17.2. Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava - liação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	150	-	-	-	-	150	-	(120)	30	48
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	150	-	-	-	-	150	-	(120)	30	48
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	702	-	-	-	-	702	-	(616)	86	132
Softwares	702	-	-	-	-	702	-	(616)	86	132
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	851	-	-	-	-	851	-	(736)	115	179
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Total do Ativo Intangível	948	-	-	-	-	948	-	(736)	212	276

17.3. Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	181.747	9.042	(4.839)	-	-	185.950	4.203
Transformador de Distribuição	39.012	1.577	(1.773)	-	-	38.816	(196)
Medidor	3.171	315	(183)	-	-	3.303	132
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	32.645	4.759	(1.537)	-	-	35.867	3.222
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	76.174	2.040	(658)	-	-	77.556	1.382
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	17.724	1	(3)	-	-	17.722	(2)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	13.021	350	(685)	-	-	12.686	(335)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	6.381	731	-	-	-	7.112	731
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Univers.	6.381	731	-	-	-	7.112	731

17.4. Depreciação e Amortização

Taxas Anuais Médias de Depreciação

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,16%	191.209	(67.433)	123.776	124.074
Custo Histórico		84.000	(27.429)	56.571	51.387
Reavaliação		107.209	(40.004)	67.205	72.687
Administração	12,51%	958	(377)	581	618
Custo Histórico		762	(255)	507	517
Reavaliação		196	(122)	74	101
		192.167	(67.810)	124.357	124.692
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição				13.895	7.341
Administração				610	177
		-	-	14.505	7.518
		192.167	(67.810)	138.862	132.210

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL, nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor de Sistema	3,57%
Estrutura de Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração Central	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e Patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. Cabo CBA - Protegido XLPE - 25kV - 185mm ² (32.348m)	825
2. Cabo CAA - NU - 336,4 MCM - Linnet (12.203 kg)	402
3. Cabo CAA - NU - 4/0 AWG - Penguin (9.368 kg)	321
4. Poste Concreto Circular 13m 1000daN (54 pc)	273
5. Cabo CA - Protegido XLPE - 25KV - 150mm ² (7.820m)	198
6. Cabo CBA - Protegido XLPE - 25kV - 185mm ² (6.745m)	176
7. Poste Concreto Circular 12m 0400daN (48 pc)	125
8. Poste Concreto Duplo T 12m 0600daN (50 pc)	103
9. Poste Concreto Circular 13m 2000daN (11 pc)	99
10. Poste Concreto Duplo T 12m 0600daN (42 pc)	96

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	102
2. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	102
3. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	102
4. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	89
5. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	88
6. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	88
7. Cabo CAA - NU - 02 AWG - SPARROW (1.941 kg)	66
8. Cabo CAA - NU - 04 AWG - Swan (1.383 kg)	47
9. Transformador Trifasico - 75kVA - 23,1kV - 380/220V	33
10. Transformador Trifasico - 75kVA - 23,1kV - 380/220V	28

Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos:

	2020	2019
Encargos de Uso de Rede Elétrica	177	81
Suprimento de Energia	1.388	1.063
Materiais e Serviços	1.548	1.192
Total Fornecedores	3.113	2.336

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP				
																2022	2023	2024	2025	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
CAPITAL DE GIRO CRESOL	-	-	-	-												-	-	-	-	-
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE	-	946	9.054	10.000	Sim	nov-20	Outras		8,08%	26/01/21	Mensal	26/01/20	26/11/25	Mensal	SAC	2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Total por Dívida	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-

19.1. Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

RESUMO	Principal +	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
	Juros CP	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2020	2019
(+) Dívida Bruta	946	-	946	9.054	10.000	1.149
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	946	-	946	9.054	10.000	1.149
Tributária	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	-	(14.543)	-	(14.543)	(7.895)
Alta Liquidez	-	-	(14.543)	-	(14.543)	(7.895)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	946	-	(13.597)	9.054	(6.750)	(6.746)
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	946	-	(13.597)	9.054	(6.750)	(6.746)

Nota 20 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2020	2019
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	522	479
Consignação em Favor da Concessionária	24	22
Folha de Pagamento Líquida	248	232
Provisão de Férias	1.291	1.215
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.085	1.948

Nota 21 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2020	2019
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	566	490
CSLL a Recolher	5	6
IRPJ a Recolher	1	7
PIS s/ Faturamento	13	23
COFINS s/ Faturamento	60	104
I.S.S.Q.N a Recolher	13	1
INSS a Recolher	21	1
PIS/COFINS a Recolher	5	3
Imposto de Renda a Recolher	2	1
Contribuição Social a Recolher	1	1
	687	637

Nota 22 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regula- tórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2019	780	-	3.306	-	-	-	4.086
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes	-	-	-	-	-	-	-
Probabilidades	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	780	-	3.306	-	-	-	4.086
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	780	-	3.306	-	-	-	4.086

No ano de 2020 não foram constituídas provisões contábeis, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 23 – Encargos Setoriais

	2020	2019
P&D - Empresa	84	82
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	284	276
Encargos CDE	652	566
Proinfa	-	102
Bandeiras Tarifárias	446	392
Total Encargos Setoriais	1.466	1.418

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10.438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária

Nota 24 – Outros Passivos Circulantes

	2020	2019
Consumidor	33	41
Outros Credores	4.877	3.402
Total Passivos Circulantes	4.910	3.443

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Compões esse grupo de contas também a destinação das sobras de 2017 e 2018, aprovadas pelas AGO de 2018 e 2019 que ainda não foram utilizadas no projeto aprovado, totalizando R\$ 2,977 milhões.

Nota 25 – Outros passivos não circulantes

	2020	2019
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Total de Outras Contas a Pagar	22	22

Nota 26 – Patrimônio Líquido

26.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,444 milhões é formado por cotas partes referentes a 16.267 associados em 31 de dezembro de 2020.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

Nota 27 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.842	16.842	7.895	7.895
Contas a Receber	10.209	10.209	9.677	9.677
Empréstimos e Financiamentos	14.322	14.322	1.145	1.145
Total	41.373	41.373	18.717	18.717

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	16.842	-	16.842
Contas a Receber	-	10.209	-	10.209
Total	-	27.051	-	27.051
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	14.322	-	14.322
Total	-	14.322	-	14.322

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 28 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2020	2019
Fornecimento de energia elétrica	34.719	39.434
Suprimento de energia elétrica	1.870	1.306
Disponibilização do sistema de distribuição	36.268	29.690
Ativos e Passivos Regulatórios	1.527	810
Serviços cobráveis	8	9
Doações, contrib. e subvenções	22.772	22.883
Total Ingressos/ Receitas	97.164	94.132

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização do ingresso/receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de ingressos/receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 29 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2020	2019
ICMS	(11.837)	(12.037)
PIS-PASEP	(130)	(236)
COFINS	(601)	(1.088)
Total Tributos	(12.568)	(13.361)

Nota 30 – Encargos da Parcela "A"

	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(7.218)	(5.345)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(154)	(146)
Outros encargos	(689)	(1.843)
Total Encargos - Parcela "A"	(8.061)	(7.334)

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a

receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 31 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2020	2019
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(34.967)	(34.314)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(11.244)	(9.313)
TOTAL	(46.211)	(43.627)

Nota 32 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2020	2019
Pessoal e administradores	(11.541)	(11.380)
Material	(2.600)	(3.218)
Serviços de terceiros	(3.812)	(3.061)
Arrendamentos e aluguéis	(46)	(39)
Seguros	(11)	(79)
Provisões	(9)	(3)
(-) Recuperação de despesas	268	408
Tributos	(56)	(75)
Depreciação e amortização	(7.201)	(8.497)
Gastos diversos*	(1.477)	(1.653)
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(26.485)	(27.597)

Nota 33 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2020	2019
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	34	33
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	100	450
Convenio arrecadação de iluminação pública	10	11
Total Outras Ingressos/Receitas Operacionais	144	494

Nota 34 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

	2020	2019
Perdas na Desativação de Bens	(2.491)	(852)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	(0)	(99)
Perdas em Projetos não Executados	(13)	(23)
Total Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(2.504)	(974)

Nota 35 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 36– Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 38 – Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.995	3.389	(2.881)	-	-	3.503	1.583	1.920	3.503	-
Repasso de PIS/COFINS Suprimento	2.833	2.716	(2.546)	-	-	3.003	1.583	1.420	3.003	-
Ajuste CUST PIS/ COFINS ONS	162	453	(335)	-	-	280	-	280	280	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	220	-	-	-	220	-	220	220	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.995	3.389	(2.881)	-	-	3.503	1.583	1.920	3.503	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.386	7.475	(2.200)	-	-	6.661	1.684	4.978	1.071	4.322
Compensação DIC FIC	55	3	(29)	-	-	29	28	1	1	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	394	1.083	(893)	-	-	584	416	169	584	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	937	6.389	(1.278)	-	-	6.048	1.240	4.808	486	4.322
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.386	7.475	(2.200)	-	-	6.661	1.684	4.978	1.071	4.322

Nota 39 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico
Em serviço		7.263
Participação da União, Estados e Municípios		-
Participação Financeira do Consumidor		7.113
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-
Pesquisa e Desenvolvimento		150
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,16%	(1.391)
Participação da União, Estados e Municípios		-
Participação Financeira do Consumidor		(1.241)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-
Pesquisa e Desenvolvimento		(150)
Em Curso		743
Participação Financeira do Consumidor		306
Valores Pendentes de Recebimento		377
Valores Não Aplicados		60
Total		6.615

A movimentação no exercício pode ser assim resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	6.531	732	-	-	7.263	732	(1.391)	5.872	5.395
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	6.381	732	-	-	7.113	▼	(1.241)	5.872	5.394
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	▼	(150)	-	1
Em curso	430	2.660	(2.347)	-	743	313	-	743	430
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	89	1.653	(1.436)	-	306	▼	217	306	89
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	260	841	(724)	-	377	▼	117	377	260
Valores Não Aplicados	81	166	(187)	-	60	▼	(21)	60	81
Outros	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	▼	-	-	-
Total	6.961	3.392	(2.347)	-	8.006	1.045	(1.391)	6.615	5.825

Nota 40 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado	14.241	13.997	145.472	132.818	34.701	38.542
Residencial	3.975	3.931	8.913	8.716	3.604	3.734
Industrial	56	54	49.403	47.184	12.569	14.489
Comercial	713	717	13.748	15.284	4.226	6.659
Rural	9.190	8.986	63.465	51.815	11.059	10.230
Poder público	136	133	841	963	316	367
Iluminação pública	28	28	1.646	1.641	289	326
Serviço público	143	148	7.456	7.215	2.638	2.737
Suprimento Faturado	2	2	13.455	9.672	1.870	1.306
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	14.246	14.001	6.774	4.391	36.268	29.689
Consumidores Cativos	14.241	13.997	-	-	34.891	28.749
Consumidores Livres	2	1	6.774	4.391	1.287	844
Encargos de conexão de agentes de geração Permissionárias	3	3	-	-	90	96
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					18	893
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.527	811
Serviços Cobráveis					8	9
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					22.772	22.883
Total	28.489	28.000	165.701	146.881	97.164	94.133

Nota 41 - Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal	10.614	10.410
Remuneração	6.459	6.167
Encargos	2.014	1.904
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	457	405
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	640	897
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	1.044	1.037
Administradores	926	970
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	384	375
Benefícios dos administradores	542	595
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	11.540	11.380

Nota 42 – Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

A cooperativa possui apenas atividades de Distribuição e Administração. Mensalmente é feito o rateio da atividade de Administração, para a Distribuição. Dessa maneira não há necessidade de apresentar as Demonstrações do Resultado do Exercício segregadas por atividade.

Nota 43 – Resultado Financeiro

Ingressos/Receitas Financeiras	2020	2019
Multas e Acréscimos Moratórios	406	264
Variações Monetárias	41	164
Ingressos/Receitas de Aplicações Financeiras	193	232
Outros Ingressos/Receitas Financeiras	115	21
Total	755	681

Dispêndios/Despesas Financeiras	2020	2019
Juros e Variações Monetárias	(92)	(214)
Multas e Acréscimos Moratórios	(4)	(420)
Outros Dispêndios/Despesas Financeiras	(48)	(19)
Total	(144)	(653)

Nota 44 – Revisão e Reajuste Tarifário

Os contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes contratos preveem a periodicidade dos processos tarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes Ocorrem anualmente, exceto quando acontece as Revisões, nas datas de aniversário, por outro lado, as Revisões ocorrem a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme PRORET 8.1.

A cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – CERILUZ optou pelo PRORET 8.4.

Nota 44.1 – Composição da Base de Remuneração Regulatória

A última revisão tarifária da CERILUZ ocorreu no ano de 2018. Em 2019, por iniciativa da cooperativa, foi contabilizada a nova reavaliação dos ativos de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018. Mesmo após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada.

A base de Remuneração utilizada como referencia para a revisão tarifaria de 2018 foi:

Base de Remuneração Regulatória	
Descrição	Valores na data de referência:
	01/06/2018
(1) VNR MEDIDORES	3.102.497,09
(2) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	63.075.170,08
(3) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	42.558.625,05
(4) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - EQUIPAMENTOS	50.636.944,77
(5) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	0,00
(6) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	0,00
(7) VNR SUBESTAÇÕES - EQUIPAMENTOS	18.951.942,06
(8) VNR SUBESTAÇÕES - TERRENOS	852.837,39
(9) VNR SUBESTAÇÕES - EDIFICAÇÕES	758.077,68
(10) VNR MÓVEIS E IMÓVEIS ADMINISTRATIVOS	6.473.214,18
(11) VNR - TOTAL	186.409.308,32

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	179.083.256,75
(2) Obrigações Especiais Bruta	6.637.178,61
(3) Bens Totalmente Depreciados	3.082.232,78
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	169.363.845,36
(5) Depreciação Acumulada	55.167.926,72
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	123.915.330,02
(7) Obrigações Especiais Líquida	6.637.178,61
(8) Terrenos e Servidões	852.837,39
(9) Almojarifado em Operação	537.249,77
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7) +(8) +(9)	118.668.238,58
(11) Taxa de Depreciação	4,00%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	6.774.553,81
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR <i>líq</i> x WACC	4.473.792,59

Referência para Custos Operacionais (OPEX)	Valores
Total de km de rede (linhas e redes de distribuição)	4.213,59

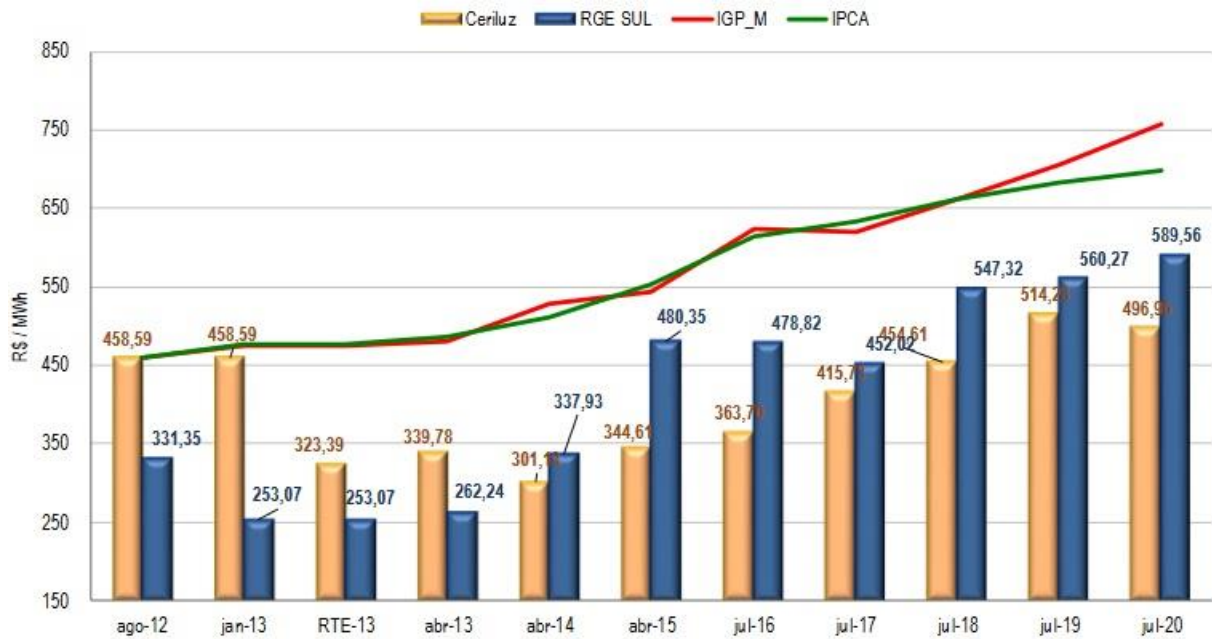
Depreciação Acumulada (DAC) / VNR	30,81%
Saldo 100% Depreciado / VNR	1,72%

Nota 44.2 – Reajuste Tarifário Anual

É um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado anualmente, de acordo com fórmula prevista no contrato de Permissão. Seu objetivo é restabelecer o poder de compra da Permissionária. Para aplicação da fórmula de reajuste são repassadas as variações dos custos de Parcela A que são aqueles em que a distribuidora tem pouca ou nenhuma gestão. Por contrato, são os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento de seu mercado, o valor da transmissão dessa energia até a área da distribuidora e os encargos setoriais.

No reajuste, os custos com a atividade de distribuição, esses sob completa gestão da distribuidora e definidos como Parcela B são corrigidos por um índice de inflação, no contrato de permissão da CERILUZ esse índice é o IPCA. Os itens de Parcela B são, basicamente, os custos operacionais das distribuidoras e os custos relacionados aos investimentos por ela realizados, além da quota de depreciação de seus ativos e a remuneração regulatória, valores que são fixados pela ANEEL na época da revisão tarifária.

O Gráfico a seguir mostra a evolução da tarifa B1 - Residencial da Permissionária nos últimos 8 anos e as variações do IGP-M e do IPCA no mesmo período, bem como as tarifas de sua supridora.



Em 28 de Julho de 2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através da Resolução Homologatória nº 2.732/20209 homologou o último reajuste tarifário anual da CERILUZ, que correspondeu aos efeitos tarifários médios de R\$ 0,55%, sendo -2,58% para Alta Tensão e 1,77% para Baixa Tensão. Os resultados do reajuste tarifário são detalhados pela nota técnica SGT/ANEEL Nº 127/2020 de 22 de julho de 2020 e estão apresentados da seguinte forma:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	8.990.362,23	9.058.179,19	0,75%	0,08%	10,61%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	163.730,99	157.257,43	-3,95%	-0,01%	0,18%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.478.095,18	7.820.567,72	4,58%	0,43%	9,16%
PROINFA	1.348.536,06	1.080.354,04	-19,89%	-0,34%	1,27%
ENERGIA COMPRADA	28.553.745,58	31.782.214,76	11,31%	4,04%	37,23%
Energia	28.553.745,58	31.782.214,76	11,31%	4,04%	37,23%
TRANSPORTE DE ENERGIA	9.208.400,94	11.579.813,43	25,75%	2,97%	13,57%
Rede Básica	1.619.464,38	1.988.026,80		0,46%	2,33%
Rede Básica Fronteira	2.013.708,58	2.902.736,40		1,11%	3,40%
Conexão	531.522,48	1.267.527,21	138,50%	0,92%	1,48%
Uso do sistema de distribuição	5.043.705,50	5.421.523,03	7,49%	0,47%	6,35%
Total de Parcela A	46.752.508,75	52.420.207,38	12,12%	7,10%	61,41%
Total de Parcela B	33.121.662,52	32.942.382,22	-0,54%	-0,22%	38,59%
Varição econômica				6,87%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		2.829.751,45		3,54%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(831.579,81)		-1,04%	
Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão		335.403,57		0,42%	
Compensação DIC FIC		(56.651,98)		-0,07%	
Subvenção CDE		(15.476.860,85)		-19,38%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(1.463.117,04)		-1,83%	
Covid Parcela B		-960.532,00		-1,20%	
Diferimento de energia		-5.809.530,76		-7,27%	
Total Financeiros		- 21.433.117,42		-26,83%	
Varição econômica e financeira				-19,96%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				16,75%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				2,66%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-0,55%	

Nota 45 - Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatória e Societária

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

45.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020, valores apresentados em mil R\$.

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		37.012	-	37.012	26.597	-	26.597
Caixa e equivalentes de caixa		16.842	-	16.842	7.895	-	7.895
Consumidores		10.209	-	10.209	9.677	-	9.677
Concessionárias e Permissionárias		206	-	206	175	-	175
Serviços em curso		600	-	600	846	-	846
Tributos compensáveis		891	-	891	584	-	584
Depósitos judiciais e cauções		405	-	405	278	-	278
Almoxarifado operacional		773	-	773	648	-	648
Despesas pagas antecipadamente		42	-	42	61	-	61
Ativos regulatórios		3.503	-	3.503	2.995	-	2.995
Títulos e Valores Mobiliários		68	-	68	29	-	29
Outros ativos circulantes		3.473	-	3.473	3.409	-	3.409
Ativo não circulante		140.950	67.319	73.631	133.545	72.853	60.692
Tributos compensáveis		1.513	-	1.513	716	-	716
Depósitos judiciais e cauções		76	-	76	61	-	61
Outros ativos não circulantes	45.2.1	181	(7.650)	7.831	181	(5.241)	5.422
Bens e atividades não vinculadas a concessão		105	-	105	101	-	101
Imobilizado	45.2.2	138.862	135.909	2.953	132.210	129.366	2.844
Intangível	45.2.3	213	(60.940)	61.153	276	(51.272)	51.548
Total do ativo		177.962	67.319	110.643	160.142	72.853	87.289
Passivo							
Passivo circulante		15.518	- 200	15.718	11.423	-	11.423
Fornecedores		3.113	- 200	3.313	2.336	-	2.336
Empréstimos, financiamentos e debêntures		946	-	946	255	-	255
Obrigações sociais e trabalhistas		2.085	-	2.085	1.948	-	1.948
Tributos		687	-	687	637	-	637
Encargos setoriais		1.466	-	1.466	1.418	-	1.418
Passivos regulatórios		2.311	-	2.311	1.386	-	1.386
Outros passivos circulantes		4.910	-	4.910	3.443	-	3.443
Passivo não circulante		24.099	-	24.099	12.209	-	12.209
Empréstimos, financiamentos e debêntures		9.054	-	9.054	890	-	890
Provisão para litígios		4.086	-	4.086	4.086	-	4.086
Passivos regulatórios		4.322	-	4.322	1.386	-	1.386
Outros passivos não circulantes		22	-	22	22	-	22
Obrigações vinculadas a permissão		6.615	-	6.615	5.825	-	5.825
Total do passivo		39.617	- 200	39.817	23.632	-	23.632
Patrimônio Líquido							
Capital social		7.444	-	7.444	7.442	-	7.442
Reservas de capital		568	-	568	568	-	568
Reserva de sobras		72.307	67.319	4.988	78.583	72.853	5.730
Reservas de Reavaliação	45.2.4	56.251	-	56.251	49.761	-	49.761
Sobras à disposição da Assembleia		1.775	-	1.775	1.542	-	1.542
Total do patrimônio líquido		138.345	67.319	71.026	137.896	72.853	65.043
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		177.962	67.119	110.843	161.528	72.853	88.675

45.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

45.2.1. Outros Ativos Não Circulantes

Os Ajustes nos Outros Ativos Não Circulantes referem-se aos Ativos financeiros da Permissão lançados na conta Indenização pela Concessão a Receber e são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas para fins de contabilidade regulatória tais praticas não são adotadas e desta forma apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

Os ativos financeiros da permissão estão registrados conforme tabela abaixo:

	2020	2019
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	6.420	4.011
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	511	511
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	653	653
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Total Indenização pela Concessão a Receber	7.650	5.241

	2020	2019
Indenização pela Concessão a receber	7650	5241
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	7.831	5.422

45.2.2. Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Em 2019 após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada e reavaliamos os bens de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018.

45.2.3. Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

45.2.4. Reservas de Reavaliação

A diferença decorre da contrapartida da Reavaliação dos bens regulatórios registrados no imobilizado e intangível.

45.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020, valores apresentados em mil R\$.

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		97.164	-	97.164	94.132	-	94.132
Fornecimento de energia elétrica		34.719	-	34.719	39.434	-	39.434
Suprimento de energia elétrica		1.870	-	1.870	1.306	-	1.306
Disponibilização do sistema de distribuição		36.268	-	36.268	29.690	-	29.690
Ativos e Passivos Regulatórios		1.527	-	1.527	810	-	810
Serviços cobráveis		8	-	8	9	-	9
Doações, contrib. e subvenções		22.772	-	22.772	22.883	-	22.883
Tributos		(12.568)	-	(12.568)	(13.361)	-	(13.361)
ICMS		(11.837)	-	(11.837)	(12.037)	-	(12.037)
PIS-PASEP		(130)	-	(130)	(236)	-	(236)
COFINS		(601)	-	(601)	(1.088)	-	(1.088)
Encargos - Parcela "A"		(8.061)	-	(8.061)	(7.334)	-	(7.334)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(7.218)	-	(7.218)	(5.345)	-	(5.345)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(154)	-	(154)	(146)	-	(146)
Outros encargos		(689)	-	(689)	(1.843)	-	(1.843)
Receita líquida / Ingresso líquido		76.535	-	76.535	73.437	-	73.437
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(46.211)	-	(46.211)	(43.627)	-	(43.627)
Energia elétrica comprada para revenda		(34.967)	-	(34.967)	(34.314)	-	(34.314)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(11.244)	-	(11.244)	(9.313)	-	(9.313)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		30.324	-	30.324	29.810	-	29.810
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(26.485)	10.956	(37.441)	(27.597)	787	(28.384)
Pessoal e administradores		(11.541)	-	(11.541)	(11.380)	-	(11.380)
Material		(2.600)	-	(2.600)	(3.218)	-	(3.218)
Serviços de terceiros		(3.812)	-	(3.812)	(3.061)	-	(3.061)
Arrendamentos e aluguéis		(46)	-	(46)	(39)	-	(39)
Seguros		(11)	-	(11)	(79)	-	(79)
Provisões		(9)	-	(9)	(3)	-	(3)
(-) Recuperação de despesas		268	-	268	408	-	408
Tributos		(56)	-	(56)	(75)	-	(75)
Depreciação e amortização	45.4.1	(7.201)	(4.168)	(3.033)	(8.497)	(5.452)	(3.045)
Gastos diversos	45.4.2	(1.477)	15.124	(16.601)	(1.653)	6.240	(7.892)
Outras receitas operacionais	45.4.3	144	(15.124)	15.268	494	(6.240)	6.734
Outras despesas operacionais		(2.504)	(1.367)	(1.137)	(974)	-	(974)
Resultado da Atividade		1.479	(5.535)	7.014	1.733	(5.453)	7.186
Resultado Financeiro		611	-	611	28	-	28
Despesas financeiras		(144)	-	(144)	(653)	-	(653)
Receitas financeiras		755	-	755	681	-	681
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.090	(5.535)	7.625	1.761	(5.453)	7.214
Contribuição social		(33)	-	(33)	(74)	-	(74)
Imposto de renda		(69)	-	(69)	(182)	-	(182)
Resultado líquido do exercício		1.988	(5.535)	7.523	1.505	(5.453)	6.958

45.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

45.4.1 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2020	2019
Amortização reavaliação regulatória software	7	5
Amortização reavaliação regulatória software	17	13
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	3567	3399
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	2	3
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	5	4
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	178	156
Depreciação reavaliação regulatória veículos	153	122
Depreciação reavaliação regulatória edificação	0	1
Baixa de Reavaliação regulatória	0	1568
Depreciação reavaliação regulatória edificação	12	9
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	201	151
Depreciação reavaliação regulatória veículos	6	5
Depreciação Reavaliação Regulatória Hardware	20	16
Total	4.168	5.452

45.4.2 – Gastos Diversos

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2020	2019
Custo de Construção	15.124	6.240
Total	15.124	6.240

45.4.3 – Outras Receitas Operacionais

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2020	2019
Receita de Construção	15.124	6.240
Total	15.124	6.240

45.4.4 – Outras despesas Operacionais

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde ao valor da baixa da reavaliação regulatória (VNR), que não se aplica a contabilidade societária.

	2020	2019
Baixa de Reavaliação regulatória	1.367	-
Total	1.367	-

Nota 46 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória.

Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	1.988	-	5.535
Demais Resultados	7.157	5.535	1.622
Realização de Reservas Reavaliação	525	-	525
Reversão da Baixa da Reavaliação	218	-	218
Realização de Reservas Reavaliação VNR	4.168	4.168	-
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.367	1.367	-
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	879	-	879
Resultado Líquido do Período	9.145	-	9.145
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	267	-	267
Destinações de Caráter Legal	7.102	-	7.102
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.995	-	3.995
FATES - 5% - Artigo 47	444	-	444
Reserva Manutenção Redes 30%	2.663	-	2.663
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.776	-	1.776
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	-	-	-

Nota 47 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



R. Benjamin Constant, nº 155 D | Centro
Chapeó - SC | CEP: 89 801-070 | Fone: (49) 3322-2233
linearauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO

CNPJ Nº: 87.656.989/0001-74

Ijuí – RS

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas no MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.



R. Benjamin Constant, nº 155 D | Centro
Chapecô - SC | CEP: 89 801-070 | Fone: (49) 3322-2233
linearauditores.com.br

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção que as demonstrações contábeis regulatórias, foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO a cumprir uma determinação da Aneel. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

- 1- A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2021.

Chapecô, SC, 16 de abril de 2021.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CRCSC 4159/O-6

JOÃO CARLOS SUBACZ
Contador CRCSC 18.585/O-2

JOAO CARLOS
SUBACZ:55994709972

Assinado de forma digital por JOAO
CARLOS SUBACZ:55994709972
Dados: 2021.04.22 12:29:05 -03'00'

8. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ijuí, RS, 16 de abril de 2021.

Termo de Responsabilidade

Pelo Presente termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidade de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do código penal.



Hoir de Pauli
Presidente



Rubio Fabricio Michael
Contador CRC-RS 79358/O

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição de penalidade de multa do grupo IV:

...

X – Fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração de que ele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante.